

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR AS PRÉVIAS CARNAVALESCAS DE OLINDA REALIZADA NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2019, NA CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA.

Às 18:00h do dia 14 de agosto de dois mil e dezenove, no Plenário da Câmara Municipal de Olinda, teve início a Audiência Pública para discutir as prévias carnavalescas de Olinda. A vereadora **Maria das Graças Barbosa Morais Fonseca (GRAÇA FONSECA)** assumiu a presidência e declarou aberta a Audiência Pública. A mesa foi inicialmente composta pelas seguintes autoridades: vereadora Graça Fonseca (Presidente), vereador Vlademir Labanca (vereador autor do pedido desta audiência), João Luiz da Silva Júnior (Secretário de Patrimônio, Cultura, Turismo e Desenvolvimento Econômico), Rogério Manuel dos Santos (Comandante da CIATur), Felipe Monteiro (Delegado de Polícia Civil de Pernambuco), Jadson Humberto Alves de Lima (Secretário Executivo de Meio Ambiente e Planejamento Urbano) e Alexandre Melo (Presidente da SODECA). A Presidente Graça Fonseca concedeu a palavra ao vereador Vlademir Labanca para que ele discursasse e justificasse o seu pedido de audiência pública. A Presidente da audiência pública registrou a presença de Gabriela Campelo, Secretária Executiva de Cultura, Ana Cláudia Fonseca, Secretária Executiva de Patrimônio, Capitão Joabe Queiroz, Chefe da Seção de Fiscalização, Sargento Gabriel Wanderlei e do Major Lamartine Melo, Chefe do Setor de Planejamento do Corpo de Bombeiros de Pernambuco.

VEREADOR VLADEMIR LABANCA: *"Boa noite a todos e a todas. Queria cumprimentar toda a Mesa em nome da Presidente, a Doutora Graça Fonseca, cumprimentar todos em nome de Xaxá, que está presente aqui nesta sessão. Vou tentar simplificar um pouco para a gente não tomar tanto tempo. Eu acho que vai ser um pouco extensa e a gente veio aqui mais para escutar a população. Bom, a iniciativa que eu tive de provocar essa audiência pública, é uma audiência pública que alguns moradores e alguns comerciantes nos solicitaram aqui devido a alguns problemas que existiram na prévia passada. Na realidade, o carnaval da gente antecipou bastante. Antes começava ali em dezembro, janeiro. Hoje, a partir de setembro já inicia o carnaval, os grupos percussivos já começam a ensaiar, algumas troças começam a sair. Então, é muito importante a gente tentar fazer um planejamento da prévia tentando atender a todos. Eu acho que eu sei da dificuldade que existe, do Poder Público principalmente, eles conversam comigo, mas a gente tem que também entender as dificuldades dos moradores e entender as dificuldades daqueles grupos que ensaiam. Isso aqui não é de agora, são vinte anos fazendo esse carnaval aqui de Olinda, esses ensaios. Mais de vinte anos. Um grupo ontem mesmo... semana passada eu liguei para o Major, né Major? Tem um grupo que tem uma escolinha de frevo ali na Praça Laura Nigro, queriam sair no dia trinta, fazer o trajeto, um trajeto que não é tão longo, também não atrapalha o transporte público, e não estavam conseguindo protocolar naquele momento o requerimento, o pedido. Que na realidade, a lei que tinha aqui a gente fez algumas modificações, muita gente aqui vindo nesta Casa reclamar porque não estava conseguindo as autorizações. Então, a gente modificou. Onde tem transporte público, precisa de autorização, mas onde não tem transporte público a gente, a população precisa só informar que vai ter aquele evento e fazer o evento. Logicamente que a gente quer contar com o apoio do Poder Público, tentarmos organizar e pelo menos manter ou tentar diminuir aquelas que dá para diminuir, que é de acordo com o pessoal aí da cultura. Mas, é importante a gente planejar porque o carnaval do ano passado, as prévias do ano passado, eu conversei muito com João Luiz, tive problemas com os comerciantes, que naquela ocasião não estavam conseguindo comercializar... e são poucos, se você andar pela cidade aí no final de semana você vai ver que aqueles que estão no dia a dia efetivos são poucos. Agora, chegam muitos de fora invadindo a cidade, principalmente quando começa o mês de setembro para lá. Então, a gente conseguiu cadastrar, inclusive, em reunião na época, lá nos Quatro Cantos, na Casa do Turista, cento e vinte comerciantes, mas muitas vezes vinham duzentos, trezentos, inclusive lá tentaram cadastrar pessoas de Afogados, Abreu e Lima, pessoas vindo e querendo pleitear um espaço para comercializar aqui na cidade de Olinda. Então, eu acredito que se a gente consegue... a gente vai*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

escutar aqui os moradores, as dificuldades, que a gente entende que é muito grande também, vai escutar os grupos percussivos, principalmente aqueles que estão no dia a dia da cidade e têm o amor de ensaiar, vamos escutar o Secretário, acho que ele tem algumas sugestões, talvez seja bom para todo mundo, e as dificuldades das autoridades. Mas, tem como a gente tentar fazer um planejamento e conciliar atendendo a todos e a gente conseguir fazer essa prévia. Tentar, pode manter, eu sugiro, né, que mantenha aqueles que já vêm ensaiando há muito tempo, que faz parte desse... agora, em certos locais, mas a gente não consiga aumentar tanto porque a gente sabe da dificuldade, a gente veio aí de um momento de muita chuva, praticamente... quem viu o repórter do Globo Repórter a cidade debaixo d'água e depois que baixa essa água vem uma série de transtornos para a Prefeitura sem estar orçada no orçamento. Então, aparece todo tipo de problema... o carnaval também, existe o problema da limpeza, existe o problema da segurança e a gente vai escutar as dificuldades de vocês. Mas, eu acredito que tem como a gente conciliar e hoje eu quero deixar claro que nada impede, desde que não passe transporte público, que as troças saiam. Não sei se pode ter o apoio da Polícia Militar porque eles precisam de uma demanda maior para atender a cidade, não uma demanda da população. E escutar os moradores da dificuldade que eles têm também, que é muito grande, eles que vivenciam o dia a dia, acho que a gente tentar todos juntos, tentarmos um meio termo. É uma audiência que muitas vezes as pessoas não têm coragem de chamar porque é uma responsabilidade grande, existem conflitos de vários segmentos, mas se a gente conseguir planejar aqui e fazer com que saia um planejamento mínimo, com a concordância de todos, a gente consiga trabalhar em conjunto e fazer uma prévia mais organizada do que a do ano passado. Obrigado a todos." Seguindo com a audiência pública, a Presidente registrou a presença do Diretor de Cultura Rodrigo Silva e do Jornalista Ivan Maurício. A vereadora Graça Fonseca comentou que é indispensável que se ouçam as demandas dos moradores do Sítio Histórico, pois eles vivenciam diariamente as questões relativas ao tema em debate e também são os mais prejudicados durante todo o período das prévias carnavalescas. Finalizou dizendo que deve haver uma conciliação entre o residente do Sítio Histórico, que é permanente, e o público que vem para participar das prévias do carnaval de Olinda. A Presidente da audiência registrou a presença do senhor Edmilson Cordeiro, do Conselho de Cultura. Seguindo com a audiência pública, a Presidente Graça Fonseca abriu a lista de inscritos e passou a palavra para o senhor Pedro Gomes. Ele confirmou o que a vereadora Graça Fonseca falou, disse que são cerca de sete meses o tempo que os moradores do Sítio Histórico sofrem por conta das prévias carnavalescas. Ele afirmou que os problemas das prévias estão se agravando a cada ano, pois não existe planejamento e estrutura do local. Pedro Gomes falou que aos domingos é inviável para o morador do local passar com seu carro. Disse também que frequentemente têm arrastões. Finalizou pedindo esclarecimentos dos Secretários do Poder Executivo a respeito do planejamento que o Poder Público fará e as medidas que serão tomadas para as prévias que já começarão no mês de setembro. Seguindo com a audiência pública, Graça Fonseca passou a palavra para a senhora Valéria Acâmpora. Valéria falou que o Sítio Histórico de Olinda têm vários moradores e que muitos deles são idosos. Disse que se acontecer algum problema de saúde com esses idosos, será difícil o socorro, pois todas as ruas ficam tumultuadas. Ela também afirmou que a CIATur fica sobrecarregada por causa da quantidade de pessoas que frequentam as prévias. Seguindo com a audiência pública, a próxima a dar o seu depoimento foi a senhora Vânia Avelar, Representante do IPHAN. Ela comentou que o carnaval de Olinda está diretamente ligado ao Sítio Histórico. Ela afirmou que a tradição do carnaval de Olinda é justamente a festa nas ruas do Sítio Histórico. Disse que a decisão de acabar com os camarotes foi muito importante porque atrapalhava a passagem dos blocos de rua. Vânia continuou afirmando que o carnaval de Olinda tem estado sob controle dos órgãos de fiscalização da Prefeitura. Quanto a questão das prévias carnavalescas Vânia Avelar disse que não existe controle por parte do IPHAN e pediu para que a Prefeitura de Olinda se organize para proteger a cidade, os moradores e que essas prévias tenham um controle mínimo dos Poder Público. Seguindo com a audiência pública, a próxima a dar o seu depoimento foi a senhora Vera Millet, Presidente do Conselho de Preservação de Olinda. Ela falou que acompanha o carnaval

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

desde que ele era apenas uma festa familiar dos moradores da cidade. Disse que a demanda por infraestrutura cresceu bastante ao longo do tempo e que também tem acompanhado a crescente das prévias carnavalescas. Vera afirmou que reconhece a dificuldade que a Prefeitura tem para dar conta de organizar e controlar essas prévias que ocorrem no Sítio Histórico. Vera Millet comentou que Olinda precisa de um corpo técnico de servidores públicos que atuem rapidamente em todos os setores para fiscalizar e controlar todas as festividades, além de carecer também de um corpo técnico para realizar o planejamento dessas ações. Ela afirmou que deve haver monitoramento das redes sociais para que exista um planejamento de como atuar antes da ocorrência dos eventos na cidade. Vera finalizou enfatizando que o planejamento é a chave para se resolver várias dificuldades relacionadas às prévias e ao carnaval. A Presidente da audiência justificou a ausência do vereador Jesuíno Araújo, que se encontrava numa reunião com os moradores do bairro de Rio Doce e também a ausência do vereador Jorge Federal, que estava em reunião com o partido na cidade do Recife. Seguindo com a audiência pública, a Presidente passou a palavra para os integrantes da Mesa. O primeiro a falar foi o senhor Alexandre Melo, Presidente da SODECA. Ele comentou que existe uma lei que regula o carnaval de Olinda, mas que pouco se faz para seguir o que essa lei manda. Alexandre comentou que essa lei existe justamente para disciplinar e harmonizar todos que participam desses acontecimentos, tanto os moradores, como comerciantes e pessoas que estão no local para visitar e participar das festividades. Ele seguiu falando que deveria haver uma rotatividade dos locais de ensaios dessas prévias para diminuir as dificuldades e o desgaste desses eventos no Sítio Histórico de Olinda. Falou que essa regularidade nos ensaios que ocorrem no mesmo local causa muitos transtornos aos moradores. Alexandre Melo reclamou que a Prefeitura criou a lei, criou a comissão permanente do carnaval, mas não deu continuidade aos trabalhos nesse sentido. Ele seguiu reclamando das casas day use, que atrapalham muito os vizinhos, pois fazem muito barulho e causam transtornos aos moradores. Seguindo com a audiência pública, a Presidente passou a palavra para o senhor Sérgio Lira. Ele criticou a instalação de barracas nas calçadas durante as festividades, atrapalhando a circulação de pessoas e tumultuando as ruas. A Presidente registrou a presença da senhora Eugênia Lima, Presidente do Psol de Olinda e do senhor Victor Castelo Branco, representante da Associação de Empreendedores do Sítio Histórico de Olinda. Seguindo com a audiência pública, Graça Fonseca passou a palavra para o Secretário João Luiz. **SECRETÁRIO DE PATRIMÔNIO E CULTURA JOÃO LUIZ:** *“Querida cumprimentar a vereadora Graça Fonseca, em nome dela cumprimentar todas as autoridades e convidados aqui presentes na Mesa, cumprimentar a população, os produtores, os operadores, os responsáveis pelas agremiações que estão aqui presentes para a gente debater esse tema intitulado prévias de carnaval. Primeiro, queria parabenizar o vereador Labanca porque ao contrário do que muita gente pensa, a Prefeitura acredita que essa discussão é uma discussão que deve acontecer de forma permanente. Bom seria que o artigo 4º da lei do carnaval, que foi falado aqui pelo Presidente da SODECA, o nome já está dizendo ‘lei do carnaval’, bom seria que esse dispositivo legal fosse extensivo também às prévias carnavalescas. A lei do carnaval, o nome, por si só e o título por si só já falam. As prévias carnavalescas são um evento que acontece já ao longo do tempo aqui na cidade e que por algum motivo ou por outro, começou a sofrer um processo de desvirtuação, está ficando desvirtuado de modo que a gente não pode mais falar, não pode mais intitulá-los como prévias. Porque prévia é um evento que acontece pouco antes do principal. Como já foi falado aqui pelo primeiro orador, o Pedro falou. Nós temos seis meses de prévias. Foi falado aqui também da dificuldade econômica que o Poder Público tem porque a prévia prescinde, todo e qualquer evento que tem aglomeração ele prescinde de uma série de serviços públicos. Prescinde de serviços de segurança, prescinde de serviços de Controle Urbano, prescinde de serviços de limpeza, prescinde de serviços de saúde, de oferta de saúde, de atendimento de emergência, prescinde de um monte de atividades que o Poder Público, de uma certa maneira, fica impedido ou impossibilitado de atender com eficácia em virtude da pouca arrecadação, do pouco volume de dinheiro público que nós temos. Para que vocês possam entender e eu sempre faço questão de bater nessa tecla porque eu acho que*

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

essa discussão aqui tinha que transcender os limites do município, transcender os limites do Estado e ir para a esfera federal. Por que? Porque a gente está vivendo um problema muito sério, os municípios do Brasil inteiro estão vivendo um problema muito sério, que é o problema da distribuição do bolo tributário. A gente está vivendo uma das piores épocas de receita corrente líquida da história da república. Para que vocês tenham uma ideia, desde o início da gestão já se perdeu quase um terço das receitas que normalmente aconteciam e que vinham para os municípios. E para piorar ainda mais a situação, a perda das receitas vieram acompanhadas de aumento de obrigações. Foi transferido para os municípios obrigações relativas à saúde, obrigações relativas à educação, obrigações relativas à infraestrutura, que a gente não tinha há muito tempo. Isso está causando o colapso geral dos municípios. Se vocês procurarem o portal da transparência ou qualquer score de acompanhamento de receita de municípios vocês vão ver que a maioria esmagadora dos municípios está no limite prudencial. Ou seja, ultrapassaram a casa dos 50% da receita corrente líquida com relação à folha de pagamento. E nenhum município compromete a receita corrente líquida com folha de pagamento porque quer não. É porque todo ano o salário mínimo aumenta, todo ano tem o crescimento vegetativo da folha, todo ano tem uma quantidade de aposentadorias, de afastamento de servidores, de falecimento de servidores e que precisa ser reposto, que o Poder Público precisa repor. Então, vocês observam, se o município gasta 50% com salário, é obrigado constitucionalmente a gastar 25% com educação, é obrigado constitucionalmente a gastar 16% com saúde. Então, vamos lá 91% da receita corrente líquida do município não depende da vontade do gestor. 50% é salário e 41% é saúde e educação. Obrigações constitucionais, que geram, inclusive, inelegibilidade do gestor caso ele não cumpra isso. Então, sobra 9% para investimento, para coleta de lixo domiciliar, serviço de defesa civil, para obras, para controle urbano, para toda a outra gama de atividades que o Poder Público tem... cultura e etc. E aí, por que é que eu estou contextualizando isso para vocês? Para que vocês precisem entender, e aí tem um amigo meu que diz o seguinte, tem um ditado famoso que diz o seguinte: 'em casa que falta pão, todo mundo briga e ninguém tem razão.' Porque a realidade é essa. E vem outro comparativo, que eu sempre faço questão de fazer. Recife tem 1,6 milhões de habitantes. Olinda tem aproximadamente 400 mil habitantes, beirando os 400 mil, trezentos e noventa e alguma coisa. Olinda tem 1/4 da população do Recife, a quarta parte da população do Recife. Recife tem uma receita corrente líquida vinte e seis vezes maior do que Olinda. É como se um pai de família tivesse um filho e ganhasse R\$ 1.000,00, um salário de mil reais para cuidar de um filho. E um outro pai tivesse quatro filhos e tivesse R\$ 27.000,00. Evidente que um pai que tem uma renda de vinte e sete mil reais, vinte e seis vezes maior do que um pai que tem uma renda de mil reais, ele vai cuidar melhor do filho, dos quatro filhos, do que aquele que só tem mil. Então, eu acho muito interessante quando se levanta aqui na cidade ideias para que a gente possa viabilizar economicamente o carnaval. Eu fico muito satisfeito quando eu escuto, por exemplo, a Presidente do Conselho de Preservação quando ela sugere que a gente deve criar alternativas para que se aumente a receita para que se possam oferecer serviços de qualidade. Eu fico bastante animado porque o caminho, a única saída, gente, a única saída é essa. Por que é que essas agremiações fazem esses eventos prévios? Entre outras coisas, não é para treinar, não, porque todo mundo já está treinado, a grande maioria é craque. Entre outras coisas, as agremiações precisam gerar receita, precisam que as pessoas venham, que se empoiguem, que se animem para poder... que comprem camisa, que comprem produtos e etc. Os moradores, por sua vez, eu estava até comentando aqui com o Presidente da SODECA, o Xaxá, deve ser horrível o cara ter todo final de semana, naquele determinado horário, aquele mesmo som. Ter um samba na casa dele das três da tarde às dez da noite deve ser uma coisa insuportável. Nenhum tipo de sonoridade o tempo todo vai ser satisfatório. Ocorre que o Poder Público para poder planejar, ele precisa ter receita. Não adianta a gente planejar, não adianta a gente fazer todo um planejamento e não ter dinheiro. Sem dinheiro, sem recurso a gente não consegue colocar em prática. Por que? Porque os agentes do Controle Urbano para coibir a prática irregular de ocupação de calçada custa dinheiro, principalmente nos finais de semana, custa mais ainda. Os agentes de trânsito, para

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

regularem o trânsito, também custa dinheiro. Ou seja, tudo custa muito caro. E principalmente quando você vai trabalhar nos finais de semana. Então, assim, é uma discussão... eu inclusive recebi uma notificação do Ministério Público. Xaxá estava falando sobre os TACs, os termos de ajustamento de conduta, eu tenho notícia de um TAC, que foi assinado em 2017, no início dessa gestão, que dizia que qualquer atividade tinha que ser comunicada previamente à CIATur e para a Prefeitura com quinze dias de antecedência. No TAC estava escrito quinze dias. Está escrito no TAC também que o horário de encerramento desses eventos seria das quinze a no máximo vinte horas. Também está escrito no TAC. E as agremiações que estavam presentes, agremiações e instituições que estavam presentes nessa audiência do Ministério Público foram: a CIATur, Prefeitura, as secretarias envolvidas da Prefeitura, Pitombeira, a Bateria Cabulosa, Elefante, Vassourinhas, Menino da Tarde, John Travolta, Boi da Macuca, Patusco e Trinca de Ás. Todas essas agremiações estavam presentes lá. Ocorre que a gente tem dificuldade, foi falado aqui, por exemplo, a comissão permanente do carnaval... por que a comissão permanente do carnaval não está em pleno funcionamento? Por que é que não se tem reuniões mensais? Como é que a gente faz para desobstruir as vias e socorrer as vítimas que porventura aconteçam em uma emergência? Foi dito aqui que qualquer notícia em Olinda vira notícia pública e manchetes de jornal e isso é verdade. Principalmente se for notícia negativa. Notícia positiva é muito difícil de se virar manchete. Mas até que vira também. Agora, notícia negativa, em qualquer lugar que acontece, você vê no Rio de Janeiro qualquer bala perdida vira notícia nacional, até porque é um problema sério. Então, qualquer confusão que acontecer em Olinda, no Sítio Histórico, patrimônio cultural da humanidade, vira manchete nacional. A gente acredita enquanto Poder Público, que o diálogo é a melhor alternativa. O diálogo é a melhor saída. A gente enquanto Prefeitura tem todo o interesse de fazer com que essa balança se equilibre o máximo possível. A gente entende que as agremiações precisam ensaiar, mas a gente entende também que os moradores precisam viver. E a gente precisa chegar a um denominador comum. Foi sugerido aqui áreas descentralizadas. De certa forma a gente tem feito isso. Ana Cláudia deu uma ideia, a nossa Secretária Executiva de Patrimônio, deu uma ideia bastante interessante, a gente podia aproveitar também as agremiações e os ensaios das agremiações para difundir e descentralizar a nossa riqueza cultural. Tipo: se um dia a agremiação tem autorização para ensaiar um dia no final de semana no Sítio Histórico, no próximo final de semana obrigatoriamente ela iria para algum bairro de periferia, ensaiar lá para mostrar a riqueza cultural dela. Imagine, ensaia aqui, depois ensaia em Rio Doce. Ensaia aqui, depois ensaia em Peixinhos. Ensaia aqui e ensaia em Jatobá. Isso são sugestões que tem surgido e têm sido dadas com o objetivo de tentar diminuir e tentar 'distensionar' essa relação dos artistas, dos operadores de cultura com os moradores. O que a Prefeitura na verdade está disposta é, dentro das limitações, que são terríveis, já foi falado aqui por todos vocês das dificuldades, a gente reconhece todas as dificuldades, mas até para a gente exercer o Poder de Polícia a gente precisa ter recurso. Até para exercer o Poder de Polícia. E ainda vem aquele dado que eu já falei para vocês, para os moradores, sei que aqui a grande maioria dos moradores não têm essa prática e esse costume, mas o Sítio Histórico infelizmente é um dos lugares onde menos se paga IPTU. Infelizmente mais de 50% dos moradores do Sítio Histórico não pagam IPTU. E o IPTU a gente sabe que é um imposto predial territorial, que não é vinculado, não é vinculado. E isso é uma informação que a gente precisa também refletir. E é importante que a gente reflita porque o pagamento do tributo é uma obrigação e um exercício de cidadania. A gente não está pagando o tributo para uma gestão, não. A gente está pagando o tributo para o Poder Público. E é importante a gente discutir esse tema também porque a gente vive num estado, numa sociedade, num estado democrático de direito em que as pessoas têm obrigações e direitos. Então, é importante que todos nós possamos exercer os nossos direitos, mas também tenhamos consciência das nossas obrigações. Para concluir, eu queria dizer a vocês, que a gente recebeu, enquanto Secretaria, uma notificação do Ministério Público para comparecermos no próximo dia vinte e um de agosto lá na sede do Ministério Público para tratar das políticas públicas de prévias carnavalescas. Essa reunião no Ministério Público deve ser o resultado

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

das reclamações constantes que chegam lá no Ministério Público e aí ele vai querer saber o que é que o Poder Público está fazendo. E a gente vai lá dar as nossas explicações. Com certeza devem ser chamados também os grupos, as agremiações para se fazer a aferição do termo de ajustamento de conduta porque o termo de ajustamento de conduta prevê, inclusive, uma multa que foi estipulada lá na audiência. E quem assinou aquele termo de ajustamento de conduta assina uma espécie de contrato, com direitos e obrigações. O termo de ajustamento de conduta funciona dando direitos e obrigações. Então, é importante que a gente vá lá, nós vamos estar lá para conversar com o Ministério Público. Acho que essa discussão de prévias é uma discussão que a gente tem que sair daqui, pelo menos, com um indicativo de que a gente precisa retardar o máximo possível a realização de prévias até para que o município possa ter condições econômicas e financeiras de prestar o serviço. Porque se não o município não vai ter como prestar o serviço. Por mais interesse que a gente tenha em atender a moradores e agremiações, a gente não vai ter condições. Então, é importante que a gente tenha um indicativo disso para que a gente possa, como já foi dito aqui, fazer com que esses eventos sejam eventos de qualidade. Eventos de qualidade tanto para a população, quanto para os turistas que nos visitam, como para os moradores. A princípio, era isso o que eu tinha para falar, Presidente." Seguindo com a audiência pública, a Presidente comentou a respeito das agremiações ensaiarem um dia no Sítio Histórico e outro dia na periferia e disse que isso poderia gerar custos extras para os grupos. Ela sugeriu que os grupos ensaiassem um dia no centro Histórico e outro dia no entorno do centro, como por exemplo, Santa Tereza, Varadouro, Praça do Jacaré. O próximo orador foi o senhor Felipe Monteiro, Delegado de Polícia Civil de Pernambuco. Felipe afirmou que enxerga as prévias como uma manifestação cultural que acontece seis ou sete meses durante o ano. Ele seguiu dizendo que existe uma portaria da Secretaria de Defesa Social descrevendo o que são prévias carnavalescas para a instituição e os órgãos operativos. Felipe Monteiro comentou que para a Polícia Civil de Pernambuco as prévias do carnaval de 2018 começaram oficialmente no dia cinco de janeiro, sendo o carnaval daquele ano comemorado em março. O Delegado de Polícia explicou que essas prévias geram um custo extra com os policiais, pois eles trabalham na maioria das vezes nos dias de folga, é um serviço extraordinário. Muitas vezes também os policiais que atuam durante as prévias oficiais e o carnaval são deslocados de outras localidades para aumentarem o efetivo durante o evento. Finalizou dizendo que com o diálogo entre as partes interessadas se chegará a um denominador comum. Seguindo com a audiência pública, o próximo a falar foi o senhor Rogério Manuel dos Santos, Comandante da CIATur. Ele começou contabilizando a quantidade de domingos (24 domingos) até o início do carnaval. Falou que isso é um esforço operacional tremendo para a instituição, que demanda 200 homem por domingo e soma ao final 4800 homens. E a maioria desses policiais fazem esse serviço nos dias de folga, ou seja, é pago a cada servidor por seu serviço extraordinário prestado. O Comandante da CIATur comentou que o termo de ajustamento de conduta foi feito em 2017 e o comandante disse que é necessário alguns ajustes, pois algumas coisas não estão sendo cumpridas. Ele seguiu dizendo que o termo de ajustamento de conduta reza que a chamada do evento tem que ser feita quinze dias antes, mas que a CIATur recebe várias chamadas de eventos dois ou três dias antes do evento ocorrer, dificultando o trabalho da polícia. O Comandante sugeriu que os eventos terminassem às 18 horas, pois ao anoitecer existe um aumento da violência. Ele falou também que nos dias em que há jogos de futebol, as 'galeras' de torcidas vêm para as prévias carnavalescas. O comandante sugeriu que as agremiações fizessem seus eventos em locais fechados. Finalizou se colocando à disposição para prestar o melhor serviço possível para todos. Seguindo com a audiência pública, o próximo a falar foi o senhor Jadson Humberto Alves de Lima, Secretário Executivo de Meio Ambiente e Planejamento Urbano. Ele afirmou que o planejamento já está sendo feito, que as reuniões estão sendo realizadas e que tentará fazer um trabalho diferenciado em conjunto com todos os comerciantes e ambulantes da localidade. Finalizou dizendo que a Prefeitura vai se empenhar e vai trabalhar para implantar o planejamento das prévias e do carnaval de 2020. Seguindo com a audiência pública, a Presidente abriu novamente a palavra para as pessoas que se inscreveram para dar os seus depoimentos. O senhor

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

Sérgio Lira afirmou que Olinda é patrimônio da humanidade, é de todos. Ele afirmou que o grupo ao qual faz parte ensaia na Praça do Carmo há 15 anos. Falou que o grupo percussivo não recebe subsídio do Poder Público nem de entidade particular, por isso eles precisam das prévias para arrecadarem algum dinheiro. Falou também que não conseguirão proibir esse tipo de manifestação cultural, pois é uma manifestação do povo. Afirmou que as reivindicações dos moradores são corretas e que é necessário que esses problemas sejam solucionados. Finalizou parabenizando o trabalho da Polícia Militar. Seguindo com a audiência pública, o próximo a dar seu depoimento foi o senhor Múcio Maranhão. Ele comentou que o que está ocorrendo são ensaios dos grupos, e não prévias carnavalescas. Seguiu falando do horário de encerramento dos ensaios e concordou com o Comandante da CIATur na questão de encerrar mais cedo até para preservar os direitos dos moradores da localidade. Múcio disse que durante os ensaios existem muitos trabalhadores ambulantes que vendem produtos para os visitantes e que esse comércio é importante. Finalizou dizendo que é parceiro do Poder Público e sempre atende a todas as determinações que são feitas ao grupo. Seguindo com a audiência pública, o próximo a dar seu depoimento foi o senhor Natan Nigro. Ele disse que o termo de ajustamento de conduta foi feito porque a legislação não estava sendo cumprida e continua sem ser cumprida pelos mesmos motivos. Natan disse que o que se espera da Prefeitura é que ela assuma a responsabilidade e resolva os problemas que são de sua competência. Falou que o diálogo é o começo da resolução desses problemas e que a instância de diálogo a respeito desses problemas é a Comissão Permanente do carnaval, mas até hoje, nesta gestão, a comissão do carnaval não funcionou. Finalizou afirmando que esses seis meses de prévias são devido à falta de oportunidades de lazer na cidade de Olinda, pela falta de parques de qualidade, falta de atividade cultural, falta de atividade esportiva para os jovens que frequentam as prévias. Seguindo com a audiência pública, a próxima a dar seu depoimento foi a senhora Domitila. Ela disse que se Olinda tivesse um planejamento, políticas públicas voltadas à cultura não se estaria discutindo as prévias, pois a cidade teria um calendário suficiente para promover empregabilidade para os ambulantes e artistas e movimento de comércio para todos os regularizados. Ela também disse que as prévias acontecem sempre na mesma data e falta programação. Finalizou afirmando que é necessário que exista uma parceria público-privada para que Olinda ofereça um calendário cultural anual com planejamento, com patrocinadores e que seja viável para todos. Seguindo com a audiência pública, o próximo a dar seu depoimento foi o senhor Edmilson cordeiro. Ele começou explicando a diferença entre prévias carnavalescas e ensaios. Ele comentou também a respeito da sugestão do Comandante da CIATur para que os ensaios fossem feitos em locais fechados e que isso seria uma boa saída para que os ensaios acontecessem e gerassem alguma receita para os grupos carnavalescos. Edmilson falou que o carnaval de Olinda está caminhando para sua autofagia, a imagem do carnaval está se desgastando por causa de todos os problemas que foram citados na audiência. Edmilson comentou que no Conselho de Preservação existe uma proposta de se fazer um plano diretor do carnaval de Olinda. Afirmou que a Prefeitura precisa funcionar todos os dias, não apenas de segunda à sexta. Finalizou sugerindo ensaios itinerantes nas ruas aos sábados e aos domingos encontrar locais onde os blocos pudessem fazer os ensaios juntamente com artistas convidados. Seguindo com a audiência pública, o próximo a dar seu depoimento foi o senhor Alexandre, representante da Seresta Luar de Olinda. Ele citou os pontos que foram comentados durante toda a audiência pública, falou que é necessário chegar a uma solução harmoniosa. Alexandre comentou a respeito da diminuição dos dias de ensaios no Sítio Histórico, falou de locais alternativos para a prática desses ensaios e até de locais fechados para a ocorrência desses eventos. Ele finalizou dizendo que tentou fazer uma proposta para que os comerciantes da área dos Quatro Cantos fechassem seus estabelecimentos comerciais mais cedo aos domingos para que isso inibisse a continuação dos ensaios até tarde da noite. Seguindo com a audiência pública, o último inscrito da lista foi o senhor Victor Castelo Branco, representante da Associação de Empreendedores do Sítio Histórico de Olinda. Ele falou que a Associação funciona a cerca de 15 anos e vem fazendo um trabalho para desenvolver mais ainda a economia em geral e a economia criativa no Sítio Histórico de Olinda. Ele citou alguns

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

dados a respeito da permanência média de turistas que se hospedam em Olinda comparando esses dados com os de Recife e Porto de Galinhas, que têm um índice de permanência maior que o do nosso município. Victor comentou que a Associação está se esforçando para divulgar o destino Olinda para que o turismo se fortaleça. Ele falou ainda que é preciso que a comissão permanente do carnaval funcione para que se discuta e se implemente soluções para esses problemas do carnaval de Olinda. Finalizou dizendo que os blocos precisam se apresentar nas ruas, mas isso deve ser organizado e controlado para que todos saiam satisfeitos, tanto grupos percussivos, quanto turistas, pessoas que estão aproveitando as festas, os comerciantes e também os moradores do Sítio Histórico. A Presidente da audiência passou a palavra para o Major Lamartine, do Corpo de Bombeiro Militar de Pernambuco. Ele comentou que é necessário pensar na segurança das pessoas que participam desses eventos para que não ocorram incidentes com a população. Disse também que as edificações do Sítio Histórico são tombadas, dificultando a realização de festas com um grande número de pessoas dentro desses locais. Falou também que as ruas são rotas de fuga caso haja algum incêndio ou o socorro de alguma pessoa e que as prévias obstruem a passagem por certas ruas do Sítio Histórico. Finalizou dizendo que todos devem trabalhar em parceria para que a prevenção seja mantida durante a realização desses eventos. A Presidente da audiência passou a palavra para o Diretor Executivo de Cultura, o senhor Rodrigo Silva. Ele falou que o que acontece hoje no Sítio Histórico não são ensaios, nem as prévias do carnaval e sim a abertura do verão na Cidade Alta. Ele comentou a respeito dos problemas causados pelas pessoas que trazem as caixinhas de som portáteis para as ruas do Sítio Histórico. Falou também da questão das pessoas que urinam nas paredes das casas, que não utilizam adequadamente os banheiros químicos instalados em locais apropriados. Finalizou dizendo que sempre terá pessoas nas ruas de Olinda mesmo sem que as prévias aconteçam regularmente. A Presidente Graça Fonseca passou a palavra para os membros da Mesa para que eles fizessem suas considerações finais. Alexandre Melo, da SODECA, falou que os grupos carnavalescos precisam se unir novamente para que se discipline, junto com a Prefeitura, algumas atividades durante o ano para que se arrecade dinheiro para os blocos. Pediu para que a Prefeitura se comprometesse e empossasse logo a Comissão Permanente do Carnaval. Seguindo com a audiência pública, houve um questionamento feito por uma cidadã a respeito de como serão tratadas e quais serão os resultados de todas essas informações que foram obtidas durante a audiência pública. Graça Fonseca disse que o diálogo permanente e a troca de informações para se chegar a um lugar comum nessa questão do carnaval, das prévias e dos ensaios passa pela instalação da Comissão Permanente do Carnaval. Ela disse que essa comissão tem que se reunir constantemente para que o diálogo seja permanente entre os diversos segmentos da sociedade e para que as soluções quanto ao disciplinamento, segurança, moradores, segmentos culturais e outras questões sejam encontradas. Graça Fonseca também falou da polêmica quando da aprovação da lei do carnaval em vigor e da criação por lei da Comissão Permanente do Carnaval. Finalizou pedindo urgência ao Poder Executivo na instalação da Comissão Permanente do Carnaval. O senhor Múcio Maranhão pediu para que fosse agendada uma próxima reunião para se fazer a criação desta comissão, que se determine normas para que os grupos possam organizar os ensaios, para que se valorize os bares e empreendimentos, os blocos, os moradores e, consequentemente, a cidade de Olinda. Falou também das pessoas que urinam nas ruas e que a fiscalização deveria tomar providências quanto a essa questão. Finalizou dizendo que cada um deve fazer a sua parte e que a união de todos fará com que os problemas sejam solucionados. A Presidente da audiência pública passou a palavra para a senhora Aparecida, que afirmou que tudo cai nas costas dos ambulantes. Ela afirmou que os eventos como a festa da tapioca, a Fliporto, a MIMO não ocorrerão esse ano. Falou que trabalha em uma barraca no Carmo. Pediu mais segurança ao Poder Público. Aparecida disse que as vendas do carnaval foram péssimas, disse ainda que pagou R\$ 600,00 para ter duas barracas no evento, pagou também R\$ 70,00 de energia. Ela disse que paga todas as taxas porque trabalha dentro da lei e afirmou que precisa do mínimo de dignidade para poder trabalhar honestamente. Afirmou também que no Amaro, onde mora, tem assalto todos os dias. Falou que paga seu IPTU, é moradora da cidade e tem o direito de reclamar e de ir e vir quando quiser, assim como

CÂMARA MUNICIPAL DE OLINDA

Olinda Patrimônio da Humanidade

todo mundo tem esse direito. Finalizou dizendo que Olinda é patrimônio da humanidade e não se pode proibir nada na cidade. Graça Fonseca passou a palavra para o vereador Vlademir Labanca para que ele fizesse suas considerações finais. Ele comentou a questão dos ambulantes que trabalham no Sítio Histórico, disse que foi feito um cadastro com mais de cem ambulantes que atuam no local. Labanca comentou que no ano passado fez uma audiência pública que tratou dos grupos percussivos que atuam no Sítio Histórico e, com isso, conseguiu chegar a um acordo e resolver algumas demandas feitas por esses grupos culturais. O vereador Labanca comentou a respeito de locais fechados para a realização de ensaios carnavalescos e finalizou dizendo que todos os interessados devem debater para se chegar a um denominador comum que seja viável para todos. O Comandante da CIATur fez suas considerações finais. Ele falou que acredita que nem a Polícia Militar, nem ninguém está tentando ferir o direito de ir e vir das pessoas. O que se estava debatendo era chegar a um acordo para disciplinar um horário para que as prévias aconteçam sem causar transtornos para todas as partes envolvidas. O Comandante pediu para que as pessoas compareçam à CIATur para fazerem as queixas a respeito dos assaltos ocorridos. Finalizou falando que dá apoio à Secretaria de Controle Urbano, mas que é a Secretaria quem tem o poder de retirar os ambulantes dos locais impróprios. O próximo a fazer suas considerações finais foi o Secretário João Luiz. Ele falou que anotou todas as intervenções feitas por todas as pessoas que se pronunciaram. Disse também que todos os participantes da audiência pública têm o mesmo objetivo. João Luiz afirmou que está sempre à disposição de quem quer que seja para o diálogo e atende às demandas de acordo com as possibilidades da Secretaria. O Secretário de Patrimônio e Cultura falou que vem trabalhando para transformar Olinda em um destino turístico. Ele comentou que está aberto à sugestões e que a Ciranda do por do sol, que atua no Alto da Sé foi uma sugestão da Associação dos Empreendedores do Sítio Histórico que foi colocada em prática pela Prefeitura e está em funcionamento. O Secretário enfatizou mais uma vez que não adianta planejar sem ter recursos para colocar em execução o planejamento feito. João Luiz afirmou que vai encaminhar até o final do mês, de acordo com os procedimentos legais, todos os chamamentos para se instalar a Comissão Permanente do Carnaval. João Luiz comentou que quando falou no início audiência pública da inadimplência dos moradores quanto ao IPTU foi apenas a título de informação para mostrar que o município se encontra com déficit de recursos públicos e o Poder Público só consegue funcionar efetivamente quando consegue arrecadar os tributos legais. Afirmou que é um compromisso assumido pelo Prefeito Lupércio a liberação, sem cobrança da taxa, do Clube Atlântico para ensaios de agremiações formalizadas. Finalizou dizendo que estará presente na audiência que será realizada no Ministério Público, no dia 21 de agosto, que tratará da mesma matéria da presente audiência pública. A vereadora Graça Fonseca agradeceu a presença de todos na audiência. E como mais nada constou, lavrou-se a presente ata que será assinada pela Presidente e pelo Secretário.



GRAÇA FONSECA - Presidente



VLADEMIR LABANCA - Secretário